

POLÍTICA DE COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NA ÚLTIMA DÉCADA

UNIVERSITY – BUSINESS COOPERATION POLICY IN THE LAST DECADE

Claudia Pereira de Pádua SABIA¹

RESUMO: Este artigo apresenta o projeto Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia, que tinha como objetivo estimular a cooperação universidade-empresa. Analisa os Planos e Relatórios de Gestão dos quatro últimos reitores, buscando indicações do processo de desenvolvimento da política de cooperação universidade-empresa da UNESP na última década. O estudo identificou que as regulamentações são realizadas a partir das necessidades decorrentes do processo de cooperação universidade-empresa, bem como pelas políticas públicas de incentivo à cooperação, disponibilizadas pelo Estado neste período. **UNITERMOS:** política de cooperação; universidade-empresa; projeto Rede UNESP.

ABSTRACT: This article presents Rede UNESP (UNESP Net) project for science and technology propagation whose goal was to stimulate cooperation between university and a company. We analyze the former four rectors' management plans and reports in order to find clues of cooperation between UNESP (São Paulo state University) and business development policy process during the last ten years. The study has identified that rules are performed because of needs that emerge from the cooperation process, as well as state public policies to incentive cooperation at the time. **UNITERMS:** cooperation policy; Rede UNESP project; university-business.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília/SP.

Apresentação

Este artigo apresenta, de forma sucinta, o projeto Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia, que tinha como objetivo estimular a cooperação universidade-empresa por todos os *campi* da universidade, constituindo-se no elo setor produtivo. Na sequência, analisa os Planos e Relatórios de Gestão dos quatro últimos reitores, os textos que, normalmente, indicam uma intencionalidade dos reitores na execução de determinadas propostas ainda que elas possam vir a ser implementadas ou não. De qualquer maneira, o estudo desses planos oferece indicações do processo de desenvolvimento da política de cooperação universidade-empresa da UNESP na última década.

1. Projeto Rede UNESP

Houve uma tentativa de se implementar um programa de cooperação universidade-empresa na UNESP, a partir de fevereiro de 1993. De acordo com o estudo desenvolvido por Akamatsu (1997), intitulado “*Rede UNESP - Protótipo de gestão da Interação Academia-Empresa em uma Universidade Multicampi*”, a Pró-Reitoria de Extensão tinha como metas propiciar condições adequadas para esta prática.

Akamatsu assim se manifesta sobre o Projeto Rede UNESP:

Para ser elo operacional entre a universidade e o setor produtivo do Programa de Difusão da Ciência e da Tecnologia, foi criada a Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia, integrando as 24 Unidades Universitárias, 7 Unidades Complementares e Fundações conveniadas da UNESP. [...] A Rede é formada por um Escritório Geral – órgão central, e Escritórios Regionais –, unidades da rede, localizados nos municípios onde exista a presença da UNESP. De forma gradativa, a REDE UNESP poderá cobrir todo o Estado de São Paulo com escritórios em 18 municípios. (AKAMATSU, 1997, p. 116)

O projeto Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia foi o principal instrumento de execução do Programa de Difusão da Ciência e da Tecnologia – PDCT. Além da Rede UNESP, outros quatro projetos faziam parte do PDCT: Fomento à iniciativa Empresarial (parques, pólos e incubadoras), Grupos Setoriais, Empresa Junior e Propriedade Intelectual. Este programa foi desenvolvido sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, quando o Pró-Reitor de Extensão Universitária era o Dr. Vagner José Oliva; o Prof. Bahij Amim Aur apoiou na concepção e implementação do PDCT.

O estudo de Akamatsu buscava identificar qual a forma mais adequada de gestão da interação academia-empresa em uma universidade multicampi. Ao focar a forma mais adequada de gestão, o autor utilizou a estrutura organizacional em redes e o modelo participativo de gestão.

Em relação à estrutura organizacional em redes, segundo o autor, não foi possível a implantação de um sistema de comunicação via redes de computadores, como previa o projeto original. Houve um atraso significativo na implantação da UNESPNET, a rede de computadores da universidade, foi concluída em 1997; isso o que acarretou certo prejuízo ao projeto, pois a velocidade das comunicações internas e com o meio externo não foi a concebida inicialmente. O projeto contou com computadores isolados, localizados nos Escritórios Geral e Regionais, onde estava o banco de dados de 3.000 pesquisadores da Universidade e de mais de 6.000 empresas.

A participação das unidades no programa foi voluntária, havendo autonomia na escolha dos seus respectivos Coordenadores Regionais. De acordo com o autor, todas as unidades universitárias optaram por participar formalmente do Programa. Foi realizado o I Encontro UNESP de Difusão da Ciência e Tecnologia – em junho de 1993, em Ibitinga/SP – e o II Encontro de Difusão da C&T – em maio de 1995. Neste encontro foi identificada a necessidade urgente de formalização, nos estatutos da Universidade, da regulamentação da Rede UNESP e da atividade de extensão docente.

O modelo participativo de gestão foi importante como elemento de sensibilização da comunidade universitária, conforme Akamatsu:

[...] foi importante para se obter a adesão da comunidade interna no Programa. Houve envolvimento significativo dessa comunidade, com a realização do diagnóstico da instituição a respeito da situação da interação com o setor produtivo, bem como com a consideração dos anseios dessa em relação à questão. Isso fez com que a comunidade interna se tornasse coautora do Programa e consequentemente aderisse à causa da interação da academia-empresa. (AKAMATSU, 1997, p. 150)

Cabe, também, destacar que o Programa buscava suporte nas Fundações para agilizar a gestão dos recursos financeiros oriundos da cooperação. Todavia, o autor esclarece que não foi possível operacionalizar integralmente o papel das Fundações, conforme concebido pelo PDCT, devido à duplicidade que se estabelecia entre a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (PROEX) e a FUNDUNESP. Ambos os setores se julgavam responsáveis pelas atividades de extensão universitária, apesar de o Estatuto da UNESP atribuir à PROEX a referida competência.

A defesa da tese de Akamatsu coincidiu com o término da gestão do reitor Prof. Dr. Arthur Roquete de Macedo. Segundo o autor, o Reitor publicou, na edição de dezembro de 1996, do *Jornal da UNESP*, um balanço de sua gestão (janeiro de 1993 a janeiro de 1997). Neste documento refere-se ao PDCT:

Em relação ao programa UNESP de Difusão da Ciência e Tecnologia, que prevê a interação com o setor produtivo, tivemos alguns problemas. Isso porque, na Universidade, temos duas frentes atuando na mesma área: A Proex e a Fundunesp. Muitas vezes, ao invés de existir uma atuação sinérgica, acabou ocorrendo uma ação competitiva e antagonica. Não é fácil desenvolver atividades neste setor. A Proex conseguiu implantar este Projeto, que é lento e demorado. A próxima gestão precisa equacionar melhor a dicotomia existente entre a Fundunesp e a Proex e, a partir daí, estabelecer um programa mais agressivo de captação

que, ao mesmo tempo, preserve as atividades-fim da Universidade. (AKAMATSU, 1997, p. 160)

Akamatsu faz uma série de sugestões no seu trabalho, relacionadas aos problemas identificados pelo reitor, assunto que não será abordado neste estudo. Segundo o autor, a proposta era implementar uma política de cooperação da instituição, como um todo, com o setor produtivo; isso facilitaria o dimensionamento e a tomada de decisão das atividades de extensão, particularmente a cooperação universidade-empresa.

1.2 Planos e relatórios de gestão dos quatro últimos reitores ARGUMENTO

1.2.1 Foco na operacionalização da cooperação universidade-empresa

O Plano de Gestão do reitor Arthur Roquete de Macedo corrobora as informações de Akamatsu, segundo o qual o objetivo era ter uma administração com foco na comunidade externa, direcionada para uma cooperação com qualidade, que atendesse às necessidades da comunidade, sempre com o devido resguardo da ética e dos princípios universitários.

Esta proposta foi confirmada no documento Plano de Gestão (1993-1996), especificamente nos programas Extensão do Ensino e da Pesquisa e Interação entre Universidade e Setor Produtivo. O programa Extensão do Ensino e da Pesquisa era composto por 15 projetos, entre eles a Rede de Difusão da Ciência e da Tecnologia – RDCT. Conforme o Plano de Gestão 1993-1996: “[...] este projeto busca responder à necessidade de a UNESP implantar mecanismos efetivos para a interação sistemática com o setor produtivo, propiciando condições para a cooperação, o intercâmbio de conhecimentos e o desenvolvimento e a transferência de tecnologia” (UNESP, 1997, p. 30):

O Programa Interação Universidade-Empresa era composto por três projetos: Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia, Grupos de Inovação Tecnológica e Fomento a Iniciativa Empresarial (Pólos, Parques e Incubadoras de Empresas). De acordo com o Plano

de Gestão “este programa está constituído de três projetos que buscam, ressalvados os objetivos próprios da Universidade, aproximá-la da sociedade por meio da interação sistemática e coordenada entre a UNESP e as empresas públicas e privadas” (UNESP, 1997, p. 34).

1.2.2 Foco da normatização das atividades de cooperação

A gestão seguinte da UNESP (1997-2000), cujo reitor foi Antonio Manoel dos Santos Silva, parece não ter dado continuidade ao programa Rede UNESP, pois não menciona no Relatório de Gestão nenhum dos projetos do PDCT criados na gestão anterior.

No documento Relatório de Gestão 1997-2000 é enfatizado o aumento da prestação de serviços para órgãos governamentais e empresariais e a preocupação em normatizar e operacionalizar essas atividades. Cabe destacar o seguinte trecho do documento, que corrobora essa impressão:

No entanto, é preciso atentar para o fato de que essa maior interação da UNESP com organismos extrauniversitários está fundamentada, principalmente, na prática de ajustes isolados de docentes com entidades externas, para fins de consultoria e de prestação de serviços. De modo geral, tanto a formalização quanto a operacionalização desses ajustes (diretamente pelas partes ou com a intermediação de uma fundação) eram efetivadas sem o devido conhecimento das instâncias de administração acadêmica. Essa frouxidão institucional é perniciosa por facilitar que desarrazoadas atividades contratadas possam ser conduzidas na UNESP. Havia, pois, necessidade urgente de se estabelecerem normas e procedimentos adequados para que o princípio da autonomia universitária fosse sempre respeitado, quando da realização dos ajustes entre a UNESP, seus docentes e os organismos extrauniversitários, e que a prestação de serviços se fizesse beneficiando o conjunto da universidade. (UNESP, 2001a, p. 37)

Portanto, na gestão 1997-2000, o esforço é direcionado à regulamentação e normatização dessas atividades. Esse esforço pode ser identificado pelos documentos Resolução UNESP n. 56, de 5 de ou-

tubro de 1998, que define as atividades de extensão universitária da UNESP (revogada pela Resolução UNESP nº 53 de 3 de novembro de 2004), a Resolução nº 85, de 4 de novembro de 1999, que dispõe sobre os regimes de trabalho dos docentes da UNESP, a Resolução UNESP nº 58, de 28 de julho de 2000, que dispõe sobre custos e recolhimento de taxas, em decorrência da participação de docentes em atividades remuneradas e em consonância ao exercício do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP e o manual de convênios (1999).

Cabe destacar que a gestão 1993-1996 já havia elaborado normas relativas ao regime de trabalho docente, que repercutem na prestação de serviços, como, por exemplo, a Resolução UNESP nº 37², de 7 de outubro de 1996, que dispunha sobre o regime de trabalho dos docentes da UNESP (no capítulo 1, na subseção III, tratava da assessoria e da prestação de serviços decorrentes ou não de convênios). Entretanto, o foco dessas ações, parece, estava voltado para a operacionalização das atividades de modo global. Conforme mencionado anteriormente, o Projeto Rede UNESP buscou implementar um sistema operacional que pudesse viabilizar a cooperação universidade-empresa em todas as unidades da UNESP.

1.2.3 Retomada dos projetos para incrementar o processo de cooperação universidade-empresa

Integra o plano de gestão do reitor Prof. José Carlos Souza Trindade, 2001-2004, o Programa UNESP de Cooperação Científica e Tecnológica, com o seguinte objetivo:

Criar condições para a aplicação de conhecimentos gerados na Universidade na resolução de problemas públicos e privados em articulação com organismos governamentais, empresariais e do setor terciário. Compreende os projetos: a-) Projeto de Difusão da Ciência e da Tecnologia: Abrange atividades como Rede UNESP, Congresso de

2 Esta Resolução foi revogada pela Resolução nº 85/99 na gestão do Prof. Antonio Manoel dos Santos Silva.

Extensão Universitária, Reuniões com empresários e Inventário dos serviços da UNESP à disposição da sociedade e estabelecimento de parcerias para a competitividade empresarial. Utilizando-se o corpo técnico da Universidade no que diz respeito à relação Universidade X Empresa, serão desenvolvidas ações como prestação de serviços e assessorias visando melhor produção e competitividade. O Congresso de Extensão Universitária permitirá reunir professores extensionistas para a divulgação de suas pesquisas e projetos; b-) Grupos de Inovação tecnológica [...]; c-) Fomento a iniciativa empresarial [...]; d-) Agenda Municipal. (UNESP, 2001b, p. 48)

Parece-nos que esta gestão dá continuidade aos projetos iniciados na gestão do Prof. Arthur Roquete de Macedo com algumas alterações, mas mantendo a mesma estrutura. No Relatório de Gestão 2001-2004 é apresentada a criação do Núcleo de Gestão Estratégica em Ciência e Tecnologia:

Esse núcleo patrocina a integração da Universidade com outras instituições, públicas e privadas, para que os conhecimentos e práticas gerados na Universidade não fiquem restritos ao seu ambiente, além de confeccionar e realizar projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que possam atender à demanda de problemas já existentes. (UNESP, [2005?], p. 50)

Foram criados também os Centros Virtuais de Pesquisa – CVPs, cujo objetivo foi estabelecer teias de comunicação entre alunos e docentes da UNESP e, deles, com pesquisadores de outras instituições. “Entendia-se que, assim, a realização de Projetos temáticos de Pesquisa na UNESP, com base na multidisciplinaridade e no trabalho coletivo, se tornaria mais ágil” (UNESP, [2005?], p. 50). Cabe destaque à criação desses centros porque, embora indiretamente, eles podem trazer repercussões ao desenvolvimento de projetos de cooperação universidade-empresa, principalmente nos projetos de pesquisa e desenvolvimento que são o foco nesse estudo.

O Programa de Cooperação Científica e Tecnológica, particularmente o Projeto de Difusão da Ciência e da Tecnologia, apresentou como resultado a instalação de um Banco de Dados de Extensão, que pode ser acessado no endereço eletrônico www.unesp.br/proex.

Diz o Relatório de Gestão 2001-2004:

No banco de dados, o usuário pode ter acesso às informações sobre as atividades, os cursos e os serviços prestados no âmbito da extensão universitária. Em novembro de 2002, realizou-se em Bauru, o Congresso de Extensão, e as informações daí remanescentes encontram-se disponíveis no Banco de Dados de Extensão. [...] Com o Programa de Cooperação Científica e Tecnológica, as comunidades interna e externa à UNESP passam a ter a oportunidade de cultivar o debate. A troca de informações sobre as pesquisas permite que a sociedade conheça o trabalho da Universidade e perceba a sua importância, o que aproxima as instituições públicas de ensino superior e as empresas privadas e aumenta as chances de parceria para o bem estar da comunidade. (UNESP, [2005?], p. 51)

1.2.4 Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPe – como catalisador das atividades relacionadas à cooperação universidade-empresa

O plano da atual gestão (2005-2008), cujo reitor é o Prof. Marcos Marcari, expressa um posicionamento claro sobre a extensão universitária. Conforme o documento:

A extensão não pode resumir-se a ações assistemáticas e pontuais e sim de forma estratégica para fazer chegar à sociedade um conhecimento efetivo que a ajude a resolver problemas sociais e a promover o desenvolvimento material, social e cultural, necessários ao bem-estar dos seus concidadãos. (UNESP, 2005b, p. 3)

Dentre os objetivos da extensão contidos no documento, destacam-se como os mais direcionados ao objeto do presente estudo os seguinte: “promover a interação Universidade-Empresa; buscar

financiamento externo para as atividades de extensão; estimular a implantação de incubadoras de empresas de bases tecnológicas” (UNESP, 2005b, p. 4).

Essa gestão mantém o Programa UNESP de Cooperação Científica e Tecnológica – PCCT. Os projetos desse programa, destacados no documento, são: Revista Ciência em Extensão *on-line*, ACQUAUNESP, Bancos de dados de extensão (prosseguir com o cadastramento *on-line* com alimentação constante), empresas juniores, Congresso de Extensão Universitária (3º, em 2005, e 4º, em 2007), Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (out./2005).

Nessa gestão houve um desmembramento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, separando-as em duas: a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e a de Pesquisa (UNESP, 2005d).

De acordo com o Plano de Gestão 2005-2008:

A Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPe terá como atribuição incentivar e executar ações, que promovam a melhoria da qualidade da pesquisa realizada na UNESP, objetivando a excelência na produção do conhecimento e da inovação tecnológica, fundamentada na visão de que o conhecimento é a pedra fundamental para uma Universidade sólida e imbuída de sua missão social. Vários objetivos específicos foram delineados para a gestão da PROPe, no período 2005-2008. (UNESP, 2005b, p. 25)

Dentre esses objetivos, alguns estão ligados diretamente ou indiretamente ao objeto de estudo desta tese, os quais são aqui transcritos (UNESP, 2005b, p. 25):

- Desenvolver ações junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais, públicos e privados, no sentido de obter recursos financeiros para a Universidade.
- Incentivar os grupos de pesquisa com potencial de P&D a procurarem parcerias com empresas.

- Facilitar os trâmites burocráticos do depósito de patentes e negociar com as empresas repartição de benefícios.
- Incentivar e facilitar a criação de incubadoras de empresas junto às unidades universitárias com vistas à prestação de serviço de alta tecnologia.
- Identificar convênios nacionais e internacionais e prospectar interesses de grupo de pesquisa da Universidade.
- Fornecer informações sobre oportunidades de editais para projetos de pesquisa em organismos nacionais e internacionais;
- Identificar e facilitar a implementação de infraestrutura de pesquisa nas Unidades Universitárias da UNESP.

A PROPe apresenta políticas de apoio ao desenvolvimento das pesquisas nas unidades, políticas de apoio ao pesquisador e aos grupos de pesquisa (divulgação de informações relativas às solicitações de recursos a agências de fomento), Programa de Premiação aos Pesquisadores (Inovação Tecnológica, Política Social e Captação de Recursos) e a Criação da Agência de Inovação Tecnológica.

Ainda conforme o documento Plano de Gestão 2005-2008:

[...] a agência terá a missão de promover e criar uma cultura de inovação e de competitividade institucional. Objetivará, ainda, a criação de um ambiente de cooperação e empreendimento entre a comunidade acadêmica e a iniciativa privada e pública, almejando desempenho econômico e bem-estar social. (UNESP, 2005b, p. 29)

Portanto, essas propostas da gestão atual (reitor Marcos Marcari), acima destacadas, parecem apontar a Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPe, como catalizador das ações relacionadas à cooperação universidade-empresa.

Considerações finais

Analisando-se os documentos Planos e Relatórios de Gestão dos reitores na última década, observou-se que as regulamentações

são realizadas a partir das necessidades identificadas no processo de cooperação universidade-empresa, bem como pelas políticas públicas de incentivo à cooperação disponibilizada neste período. Essa correlação fica mais evidente na atual gestão. Por exemplo: após aprovação da Lei da Inovação, em 2004, o Pró-Reitor de Pesquisa da UNESP, José Arana Varela, declarou, em entrevista à Revista Pesquisa FAPESP, que está sendo criado o Conselho de Inovação Tecnológica que vai ditar a política de Propriedade Intelectual da Universidade (A ESPERA..., 2005, p. 27). Um outro exemplo: no Plano de Gestão do Prof. Marcos Marcari foram apresentadas as políticas de apoio ao pesquisador e aos grupos de pesquisa com o objetivo de divulgar informações e orientações relativas às solicitações de recursos a agências de fomento, especialmente os “editais de maior peso e amplitude (Institutos do Milênio, Fundos Setoriais, Projetos temáticos etc.)” (UNESP, 2005b, p. 27).

REFERÊNCIAS

À ESPERA de resultados: decreto de regulamentação coloca em vigência a lei de inovação. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 117, p. 27-28, nov. 2005.

AKAMATSU, J. I. *Rede UNESP: protótipo de gestão da interação academia-empresa em uma universidade multicampi*. 250f. 1997. Tese. (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

UNESP - Universidade Estadual Paulista. *Plano de Gestão 1993-1996*. São Paulo: UNESP - Reitoria, 1997.

_____. *Manual de Convênios*. São Paulo: Assessoria de Relações Externas - AREX, 1999b. Disponível em: <<http://www.unesp.br/arex>>. Acesso em: 7 jun. 2006.

_____. *Resolução UNESP nº 85*, de 4 de novembro de 1999. Dispõe sobre os regimes de trabalho dos docentes da UNESP. São Paulo: UNESP, 1999c. (Legislação/Resoluções Unesp 16.25).

_____. *Resolução UNESP nº 58*, de 28 de julho de 2000. Dispõe sobre custos e recolhimento de taxas em decorrência da participação de docentes em atividades remuneradas e em consonância ao exercício do RDIDP. São

Paulo: UNESP - Pró-Reitoria de Extensão Universitária - PROEX, 2000b. Disponível em: <<http://www.unesp.br/proex/legislacao/resunesp582000.php>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

_____. *Resolução UNESP nº 102*, de 29 de novembro de 2000. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária na UNESP. São Paulo: UNESP - Pró-Reitoria de Extensão Universitária - PROEX, 2000c. Disponível em: <<http://www.unesp.br/proex/legislacao/resunesp1022000.php>>. Acesso em: 7 jun. 2006.

_____. *Relatório de Gestão 1997-2000*. São Paulo: UNESP - Reitoria, 2001a.

_____. *Plano de Gestão 2001-2004*. São Paulo: UNESP - Reitoria, 2001b.

_____. *Resolução UNESP nº 53*, de 3 de novembro de 2004. Define as atividades de extensão universitária na UNESP. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *Relatório de Gestão 2001-2004*. São Paulo: UNESP - Reitoria, [2005a].

_____. *Plano de Gestão 2005-2008*. São Paulo: UNESP - Reitoria, 2005b.

